

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.424.923 - PE (2013/0352653-8)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **JOSÉ FIDELIS DE ARAÚJO E OUTROS**
ADVOGADOS : **ELIZANGELA ZANOTTO SFOGGIA - PE000676B**
: **DANIELLE TORRES SILVA BRUNO E OUTRO(S) - PE018393**
AGRAVADO : **CAIXA SEGURADORA S/A**
ADVOGADO : **EDUARDO JOSÉ DE SOUZA LIMA FORNELLOS - PE028240**

DESPACHO

Trata-se de Agravo interno, interposto por JOSÉ FIDELIS DE ARAÚJO E OUTROS, contra decisão publicada em 05/11/2018.

No entanto, o Agravo interno foi subscrito por advogado que não possui procuração/substabelecimento nestes autos, conforme certificado a fl. 822e.

De acordo com o Enunciado Administrativo nº 3, aprovado, em 09/03/2016, pelo Plenário desta Corte Superior, “Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC”.

Nesse contexto, exclusivamente para fins de regularidade no processamento do Agravo interno, mostra-se de rigor a providência prevista no art. 932, parágrafo único, do CPC/2015, do seguinte teor: “Antes de considerar inadmissível o recurso, o relator concederá o prazo de 5 (cinco) dias ao recorrente para que seja sanado vício ou complementada a documentação exigível”.

Dessa forma, determino a intimação da parte agravante para que, no prazo de cinco dias, junte aos autos instrumento de procuração conferindo poderes ao advogado subscritor do Agravo interno.

I.

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES
Relatora